

Apresentação

Política e gestão são duas palavras que estão na mais absoluta evidência hoje em nosso país, infelizmente não por sua dimensão virtuosa, mas por se evidenciar com instrumento de transformação e mobilização de quase todos os cidadãos deste país. Esse número da Revista Eletrônica de Política e Gestão, traz temas que se propõem discutir ou fomentar discussões desse âmbito para as questões educacionais, nem sempre virtuosas, mas sempre com a criticidade necessária para o debate produtivo e propositivo. No texto das autoras Rosângela Maria BOENO e Maria Elisabeth Blanck MIGUEL - **Medidas educacionais referentes ao ensino fundamental desenvolvidas no Brasil no período de 1996 a 2010**, há uma preocupação com a análise das diferentes medidas tomadas em um momento anterior à situação atual, durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e os diferentes princípios que orientaram suas ações para a área educacional. Apresenta os resultados de estudo documental e bibliográfico sobre as principais mudanças educacionais ocorridas nesse período atendendo às exigências dos organismos internacionais na direção da economia segundo a documentação analisada. Os resultados, porém, apontam que, tais medidas também contribuem para a melhor aprendizagem dos alunos.

Na permanente busca de qualificação para a educação básica, **O analfabetismo no Brasil: lições da história**, Ana Carolina Braga e Francisco José Carvalho Mazzeu, abordam o referido problema pelas raízes históricas e sociais com uma visão pouco otimista em relação aos dados que sugerem a queda gradativa dos índices. Consideram que as relações econômicas, políticas e sociais acabam por determinar as condições em que vai ocorrer a oferta de escolarização, quem terá acesso a ela, qual será sua possibilidade de progresso, entre outros aspectos.

A visão histórica nos coloca diante de parâmetros constitutivos de uma situação sobre a qual não nos é possível interferir, contudo, há que se considerar que a busca cuidadosa no conjunto de determinantes, estruturais ou conjunturais, possa nos indicar possibilidades de intervenção para melhoria da situação e do processo que a originou. No estudo desenvolvido na perspectiva da compreensão de aspectos determinantes das políticas públicas, as autoras, Flaviana Assunção e Joana Goulart, apresentam o texto

Reflexões sobre a *policy making* e avaliação em política pública; fazem reflexões sobre a *policy making*, as formas de avaliação em Política Pública e os entendimentos dados sobre os ciclos e subsistemas que compreendem os processos em Política Pública. Procuraram identificar, por diferentes referenciais, quem são os atores políticos e como estes influenciam nas tomadas de decisões governamentais. Consideram a teoria da Política Pública e suas tipologias discutidas por inúmeros autores e suas as reflexões conceituais e implicações para a situação em que se encontra a política educacional brasileira. Uma discussão opinativa e esclarecedora de aspectos fundamentais para a compreensão da situação atual. As demandas apresentadas para a educação, ao longo da história recente, mostram como a realidade político social influenciou e influência a sua formatação ou sua impossibilidade.

José Jairo Vieira, Carla Chagas Ramalho e Andréa Lopes da Costa Vieira, mostram no texto **A origem do plano nacional de educação e como ele abordou as questões de gênero;** até onde a abordagem gênero, é feita no Plano Nacional de Educação que oferece diretrizes para o sistema educacional do país. Apresentam considerações sobre o Brasil, que se encontra em posição destacada no quesito violência contra a mulher, ao discutir seus documentos educacionais para incentivar as problematizações sobre identidade de gênero nas escolas para que o assunto deixe de ser “tabu”. A políticas públicas, procurando atender às demandas que se apresentam, propõe planos de ação e programas específicos.

Nesse sentido e direção, Rayane Regina Scheidt Gasparelo e Marisa Schneckenberg, discutem o **Percurso histórico das políticas de formação continuada paranaense: características e experiências de 1999 a 2006.** Em suas discussões buscam o resgate do contexto histórico das políticas educacionais para a formação continuada dos profissionais da educação no estado do Paraná. Mostram que foi neste contexto que surgiu o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/PR. Um programa de formação continuada, cujos pressupostos estão ancorados na valorização e reconhecimento dos docentes; nas melhorias dos processos de ensino/aprendizagem, nos processos de tomadas de decisões relativos à gestão da escola e na formação integrada com as Instituições de Ensino Superior (IES). O estudo mostrou que vários projetos e propostas formativas foram desenvolvidas, até a criação do PDE/PR. Contudo, a essência do viés neoliberal imperava, pois as ações do Estado para formação eram indicadas pela Secretaria Estadual de Educação e aos docentes cabia apenas cumprir determinados roteiros de estudos e a seguir, elaborar relatórios.

O surgimento do PDE, a partir a reivindicação de representantes do Sindicato dos Professores, diferencia-se dos programas de formação continuada técnicos e funcionalistas que vinham sendo realizados. Entre os programas e as regulamentações, o texto **Políticas públicas para educação profissional: década de 1990 e a desvinculação do ensino médio e técnico**; elaborado por Laurinda Ines Souza de Moraes, Silvia Sell Duarte Pillotto, Jane Mery Richter Voigt; analisa as políticas públicas para a educação profissional, em especial da década de 1990 e dão especial atenção à desvinculação do ensino médio e técnico. O estudo empregou a análise de conteúdo para as entrevistas e a análise documental na interpretação dos diferentes instrumentos de regulação existentes. Os resultados obtidos por meio das entrevistas a respeito da reforma da educação profissional, da implementação do Decreto 2.208/97 e da extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio apontaram que essa política pública contribuiu de maneira significativa para a diminuição da oferta de vagas públicas e gratuitas do ensino médio na instituição.

A questão da inclusão e da permanência estudantil no ensino superior sempre se impõe nas discussões sobre políticas públicas; Alba Barbosa, no seu texto **Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados**; analisa o Programa de Auxílio Moradia desenvolvido Universidade em Pernambuco, a partir da percepção dos discentes beneficiados. O estudo é qualitativo e descritivo e utilizou um questionário aplicado com todos os beneficiários do referido programa. O estudo concluiu que o programa, contribui significativamente para minimizar as desigualdades socioeconômicas, tendo em vista as iniciativas voltadas para a democratização do acesso e a permanência nos diferentes cursos. Ainda sobre essa temática, o texto da Camila da Silva Souza e Danielle S. Pinheiro Wellichan discutem **A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior**; com uma assertiva provocadora de que incluir quem não deveria ter sido excluído, seria esse o caminho a seguir pela sociedade, ainda é possível presenciar o quanto estamos longe de uma igualdade de direitos em diversos segmentos da sociedade. Na área educacional, no ensino superior por exemplo, o crescente aumento no número de matrículas no âmbito universitário demonstram o quanto as pessoas com deficiências podem ir longe, desmistificando anos da história de exclusão, repensando o conceito de acessibilidade, práticas e convivência, revendo o espaço do Ensino Superior como um todo.

Nos diferentes programas que se estabelecem na busca do atendimento a diferentes demandas que se apresentam para a educação, o poder local estabelecido nos municípios precisa também agir e desenvolver instrumentos com essa finalidade. Carlos da Fonseca Brandão e Fátima Gil de Oliveira Trevelin; trazem uma discussão intensa sobre **O ‘Programa Ler e Escrever’ no contexto de uma escola municipal**. No Estado de São Paulo, definiu-se um currículo mínimo e comum a todas as escolas paulistas, o que se deu de forma explícita para o segmento da educação básica de primeira à quarta séries (1º ao 5º ano) através do desenvolvimento do “Programa Ler e Escrever” a partir do ano de 2007. O estudo discute o contexto e esse programa numa escola municipal do que se refere a reflexões sobre o trabalho docente, a formação curricular e as avaliações externas.

No âmbito do município, a educação infantil tem destaque e, nesse sentido, o texto **Gestão democrática na educação infantil**; de Leandra Fernandes do Nascimento e Maria Marina Dias Cavalcante, mostra como se dá a gestão democrática nessa etapa do processo educacional. Empregando uma abordagem qualitativa, e o estudo de caso, a fim de permitir ao pesquisador conhecer e refletir sobre o contexto teórico e prático da gestão na escola, o estudo mostrou que essa temática é caracterizada pela efetiva participação de todos os envolvidos no processo educacional e que essa etapa da educação vem passando por diversas transformações nas últimas décadas, sendo amparado por vários dispositivos legais, a fim de qualificar o trabalho. Vivemos dentro dos princípios da democracia, do estado democrático de direito, e isso faz da participação de todos a qualidade que se quer desse estado. O lugar da pedagogia e do pedagogo é analisado e discutido nos textos que seguem.

O dos autores Osmar Hélio Alves Araújo e Wilson Honorato Aragão e da autora Janine Marta Coelho Rodrigues, optam por discutir a relação que deve existir entre a pedagogia, a didática e a formação dos professores das diversas áreas do conhecimento, seja ela inicial ou contínua e intitulam seu texto como **O (des)lugar da pedagogia e a da didática na formação dos professores**. Consideram absolutamente necessários que os componentes curriculares na formação dos professores tenham como foco o fazer docente, o fenômeno educativo e as práticas pedagógicas. Discorrer sobre o lugar da pedagogia e da didática na formação docente e demais aspectos que emergem desta temática e, sobretudo, busca relacionar a pedagogia, a didática e a formação dos professores. Considera que formação dos professores, em geral, não ocorre de modo articulado à pedagogia e que, por

consequência, muitos docentes não conseguem construir saberes pedagógicos necessários à docência.

O texto de Karen Amaral do Nascimento Oliveira, José Anderson Santos Cruz, Antônio Walter Ribeiro de Barros Júnior, Michelle Beatriz Godoy de Mattos e Sandra Mara Volpato, mostram o texto **O trabalho do pedagogo nas entidades sociais: análise das ações pedagógicas integradas às políticas públicas de assistência social**. Tratam do assunto tendo como foco o trabalho do pedagogo nas organizações sociais, integrando as diretrizes e intencionalidades das políticas públicas da assistência social. Levanta reflexões a respeito da assistência social no Brasil, a formação do pedagogo, suas funções no campo do trabalho social, assim como a sua contribuição para o alcance dos objetivos das políticas públicas de educação e assistência social. Apontam desafios mostrando que o trabalho do pedagogo nas entidades sociais, ou seja, a pedagogia social está intrinsecamente ligada aos conceitos de educação social, educação não formal e a educação integral dos indivíduos; a amplitude desses conceitos junto à desvalorização do profissional pedagogo que atua no campo social potencializa a importância de não cessarmos nossa busca pela clareza e reconhecimento do pedagogo social. Aqui temos um grande e complexo debate sobre questões pedagógicas e educacionais. O envolvimento e o compromisso são componentes básicos para isso.

O texto da Cícera Maria dos Santos, Cloves Santos de Moraes e Célia de Jesus Silva Magalhães, denominado **Leitura, escola e o compromisso do professor: entre preocupações e provocações**; discute a problemática que envolve o hábito da leitura na Educação Básica questões relacionadas às dificuldades dessa prática e o papel da escola e dos professores frente a esse problema. Discute o papel da escola como instituição responsável formal pelo aprendizado cognitivo do aluno nas diferentes áreas do conhecimento, e pela proficiência leitora. A dimensão cognitiva e o envolvimento psicológico do sujeito que aprende é fundamental para que a construção cognitiva se de forma satisfatória. Isso fica bem claro no texto **As contribuições da psicopedagogia no ambiente institucional de educação de jovens e adultos e os fatores condicionantes dessa aprendizagem**; apresentado por Anaisa Alves de Moura, Antônio Diego Dantas Cavalcante e Adriana Pinto Martins. Discorre e analisa quais os fatores que influenciam na aprendizagem de adultos e quais as contribuições da psicopedagogia para este público. Trouxe inúmeros autores de referência e suas distintas reflexões acerca do assunto abordado. Apresenta os resultados de um estudo exploratório de caráter básico e de

natureza quantiqualitativa. A análise dos dados foi feita por meio de um questionário elaborado com base no documento “Critérios de Classificação Econômica do Brasil – ABEP - Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas – 01/2015. Nesta pesquisa foi verificado que ainda há professores resistentes à apropriação de novos métodos pedagógicos, dificultando dessa forma o desempenho escolar do aluno. Segundo os autores, a grande maioria desses profissionais tem acompanhado as mudanças desse processo no qual a valorização das experiências e a exposição do senso crítico do aluno tornam-se mais relevante.

A autora Fabiola Colombani e Raul Aragão Martins; veem um problema crescente no processo de desenvolvimento da criança em idade escolar pela ótica biologizante que estigmatiza e individualiza aqueles que apresentam dificuldades no processo de escolarização. Assim, o texto **O movimento higienista como política pública: aspectos históricos e atuais da medicalização escolar no Brasil**; procura discutir de forma crítica o processo que adjetivam de patologização e medicalização da infância e suas implicações no campo das políticas públicas.

Aos leitores que nos acompanham, nessa apresentação procuramos oferecer um indicativo do que irão ler nesse volume, além disso, esperamos, mais uma vez, contribuir para que tenham mais elementos e pontos de vistas diferentes sobre os debates que sistematicamente vem circulando no contexto da política e da gestão educacional em nosso país. A todos uma boa leitura.

Sebastião de Souza LEMES

Ricardo RIBEIRO

Editores